

## Mestrados Profissionais de Ensino em Ciências da Saúde no Brasil: concepções e práticas

Rosana Brandão Vilela<sup>1</sup>, Nildo Alves Batista<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Medicina Universidade Federal de Alagoas, Brasil. [zanavilela@gmail.com](mailto:zanavilela@gmail.com)

<sup>2</sup> Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde Universidade Federal de São Paulo, Brasil. [nbatista@unifesp.br](mailto:nbatista@unifesp.br)

**Resumo:** O estudo teve como objetivo apreender as concepções dos coordenadores dos cursos de Mestrado Profissional de Ensino em Ciências da Saúde (MPES) sobre a modalidade Mestrado Profissional. Os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas e submetidos a análise temática. Os sujeitos percebem três categorias nesta pós-graduação: prática como princípio educativo; especificidades do produto final e potencial transformador sobre a prática. As concepções reveladas são, em parte, compatíveis com o documento normativo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Observa-se que ainda ocorrem dificuldades em lidar com o perfil discente e há uma forte influência do modelo acadêmico sobre o produto final do mestrado. Conclui-se que os MPES representam uma modalidade de ensino com características híbridas diante das influências visíveis exercidas pelo mestrado acadêmico.

**Palavras-chave:** Educação Profissionalizante, Mestrado Profissional, Ensino em Saúde.

### Masters-level programs in health professions education in Brazil: concepts and practices

**Abstract:** The aim of this study was to grasp the concepts of the coordinators of the masters-level programs in health professions education on the Professional Master mode. Data were collected by semistructured interviews and subject to thematic analysis. The subjects perceive three categories in this model of postgraduate: practice as an educational principle; final product format and transformative potential of the practice. The disclosed concepts are partly compatible with normative document of Coordination for the Improvement of Higher Level Personnel (Capes). However, it is observed that still occurs difficulties in dealing with the student profile and there is a strong influence of the academic model of the final product master. Conclusion: The masters-level programs in health professions education also represent a teaching mode with hybrid features visible on the influences exerted by academic master.

**Keywords:** Education, Professional, Professional Master, Health Education.

## 1 Introdução

Os mestrados profissionais (MPs), modalidade de formação pós-graduada *stricto sensu*, foram concebidos no “Parecer Sucupira” (Brasil, 1965), documento que lançou as bases da pós-graduação (PG) no Brasil, mas somente em 1995, por meio da Portaria 47/95 (Brasil, 1995), passaram a ser praticados e conhecidos, gerando, desde então, discussões dentro e fora da academia acerca da validade de sua titulação, da sua estrutura curricular, dentre outros aspectos (Fischer, & Waiandt, 2012; Maciel, & Nogueira, 2012).

A regulamentação dos MPs (Brasil, 1998) traz como proposta a criação de cursos de natureza qualitativamente diferente dos mestrados acadêmicos, tendo como características: articulação com uma base de pesquisa consolidada; compromisso com uma produção científica e técnica; corpo docente qualificado academicamente e com experiência gerencial; desenhos curriculares e estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem claramente articulados às experiências profissionais dos alunos e às demandas da sociedade.

Em dezembro de 2009 passa a vigorar a Portaria normativa nº 17 (Brasil, 2009b), substituindo a Portaria nº 7 de 22 de junho de 2009 (Brasil, 2009a). Com nova redação e pequenas alterações em relação ao disposto, esse novo documento dispõe sobre o MP e considera a necessidade de estimular a formação de mestres profissionais, definindo assim os objetivos e explicitando o que essa modalidade de formação possibilita.

Essa Portaria explicita que se espera dos MPs o desenvolvimento de estudos e técnicas diretamente voltados ao desempenho de alto nível de qualificação profissional, pressupondo perfil, estrutura e funcionamento diferenciados para esses cursos. Como todo programa de pós-graduação *stricto sensu*, o MP tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso. Ademais, ao diplomado são conferidas prerrogativas e grau idênticos aos dos que concluem o mestrado acadêmico, inclusive no que se refere ao exercício da docência. O documento esclarece, também, sobre a diversidade do produto acadêmico final do mestrado.

Para Fischer (2005) e Quelhas, Farias Filho e França (2005), o MP é visto como importante ferramenta na integração e complementação entre os problemas provenientes do campo social e profissional e o conhecimento gerado na universidade.

Brandão, Deccahe-Maia e Bomfim (2013, p. 324) afirmam que

O MP seria interessante não somente por conceder àqueles que estão no cotidiano do trabalho a oportunidade de voltar à academia, mas também, pelo fato de debruçar-se sobre a própria realidade desse trabalho refletindo-a, pesquisando-a e devolvendo-lhe “produtos educacionais” que podem contribuir com sua transformação.

Diante da realidade evidenciada de que a formação dos profissionais dos serviços de saúde não tem sido suficientemente satisfatória, o Sistema Único de Saúde (SUS), ao se assumir como ordenador do processo formativo de profissionais da área, assume o desafio de aperfeiçoar seus equipamentos como espaços de ensino-aprendizagem, tanto para a formação inicial como para a educação permanente. Neste sentido, surge o incentivo para a construção de estratégias que valorizem e qualifiquem a formação em nível de pós-graduação e o desenvolvimento da pesquisa em ensino no âmbito dos serviços de saúde proposto e avaliado pela Capes. O intuito foi apostar não somente num novo perfil do profissional da saúde, mas, sobretudo, em um novo perfil de docente, capaz de gerar e gerir mudanças na formação dos profissionais da área (Brasil, 2010; Vilela, & Batista, 2015). Esta iniciativa induziu um crescimento expressivo dos Mestrados Profissionais na área do Ensino em Saúde (MPES) a partir de 2011 (Vilela, & Batista, 2015).

Partiu-se da premissa de que tomar a própria prática docente como ponto de partida para empreender mudanças no cotidiano do ensinar e aprender no âmbito dos serviços de saúde, em um movimento de ação-reflexão-ação, constituía-se em instigante caminho a ser trilhado (Batista, Batista, Goldenberg, Seiffert, & Sonzogni, 2005; Feuerwerker, 2002).

Considerando a complexidade que envolve a identidade destes MPs, e que este tipo de PG trata-se de uma experiência de inovação e reinvenção em que alunos vêm enriquecer as suas práticas com as teorias, entende-se que há necessidade de se avançar nesta reflexão, aprofundando conhecimentos sobre a construção da articulação entre a academia e serviço de saúde. Para tanto, este estudo teve o propósito de apreender as concepções dos coordenadores dos cursos de MPES no Brasil sobre esta modalidade de pós-graduação.

## 2 Metodologia

Este estudo é derivado da pesquisa de pós-doutorado, de âmbito nacional, intitulada: *Mestrado profissional em ensino na saúde: subsídios para o aprimoramento dos programas*, a qual foi realizada entre os anos de 2014 e 2015.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, com o objetivo de apreender as concepções dos coordenadores dos cursos de MPES do Brasil sobre esta modalidade de pós-graduação.

As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, podem usar uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados (Alves-Mazzotti, & Gewandsznajder, 2002). Este tipo de abordagem vem conquistando um espaço significativo no campo da saúde e das ciências sociais, visto que se preocupa com a compreensão interpretativa da ação (Minayo, 2007).

Neste estudo, entende-se como MPES o programa que tem por objetivo tomar a prática docente do mestrando como ponto de partida para empreender mudanças no cotidiano do ensinar e aprender no âmbito dos serviços de saúde e das IES, em um movimento de ação-reflexão-ação (Brasil, 2010).

Na primeira fase da pesquisa foi identificada a amostra de âmbito nacional, visando corresponder ao que determinam os objetivos da pesquisa. O estudo abrange 13 programas existentes no país, reconhecidos pela Capes até o ano de 2013.

Para apreender as concepções dos coordenadores sobre o MPES, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um roteiro elaborado a partir de quatro núcleos direcionadores: características do MP, desafios, nós críticos e produto final exigido. Uma carta-convite, contendo informações, esclarecimentos, relevância e objetivos do estudo, foi enviada por meio dos endereços eletrônicos aos sujeitos da pesquisa, juntamente com o *link* de acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram produzidos entre os meses de setembro de 2014 a fevereiro de 2015, com a participação de nove dos treze coordenadores que responderam ao roteiro de entrevista, sendo os dados armazenados no *GoogleDocs*. Esse número de entrevistas não implicou limitações aos objetivos propostos na pesquisa.

Como procedimentos de análise, os dados foram submetidos a uma análise temática, uma das técnicas de análise de conteúdo. Inicialmente, trabalhou-se na organização dos documentos selecionados e na transcrição das entrevistas. Em seguida, foi realizada a leitura flutuante e a identificação do material de análise, constituindo assim o *corpus* da pesquisa. Por fim, foram identificadas as unidades de contexto com suas respectivas unidades de registro que deram origem às categorias que emergiram do campo estudado (Minayo, 2006) e associando, nesse processo de análise, o olhar dos pesquisadores e a fala dos coordenadores, mediados pelas reflexões teóricas sobre mestrado profissional que fundamentaram o estudo.

Cabe ressaltar que este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla (Vilela, 2015), que envolveu uma grande quantidade de dados para análise, levantados por meio de questionário e entrevistas. Os dados aqui analisados são relativos às concepções dos coordenadores, dos cursos de MPES no Brasil, sobre o mestrado profissional.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – Plataforma Brasil e aprovado com o Parecer nº 428.955. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E, para preservar o sigilo dos entrevistados, eles foram nomeados por ordem sequencial de E1 a E9.

### 3 Resultados e Discussão

A análise das concepções dos coordenadores dos MPES sobre essa modalidade de pós-graduação, bem como das práticas identificadas nas entrevistas, é importante para o avanço do conhecimento sobre esse novo espaço de articulação entre a academia e o serviço de saúde.

A análise das entrevistas permitiu a identificação de 52 unidades de contexto nas falas dos coordenadores, com 93 unidades de registro. Destas unidades emergiram três categorias: Entendimento da prática como princípio educativo na pós-graduação; As especificidades do produto final; e O potencial transformador do mestrado sobre a prática.

A primeira categoria apresentou três subcategorias. São elas: A inserção do discente na prática, Estrutura curricular comprometida com a prática e a prática como objeto de pesquisa.

O entendimento da prática como princípio educativo na pós-graduação apontado pelos coordenadores vai ao encontro da portaria de n. 17/2009 (Brasil, 2009b) da Capes, que define como um dos objetivos do MP:

(...) capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;

Essa categoria traduz uma formação cuja característica é o compromisso com a experiência proveniente do cotidiano da prática no trabalho. Neste sentido, a inserção do mestrando na prática é realçado. Melo & Oliveira (2005) ressaltam que o surgimento dos MPs corresponde a uma busca por esta aproximação da produção acadêmica às práticas laborais, ou seja, um olhar voltado para as necessidades do mercado de trabalho.

*“Busca-se o vínculo empregatício dos estudantes (...) com o sistema público de saúde.” (E1)*

*“Os pré-requisitos para inscrição dos candidatos são: serem servidores do SUS e exercerem atividades de ensino na graduação da área de saúde, como docentes, preceptores, tutores ou similar. (E5) ”*

*“É priorizado o envolvimento do candidato com ensino de graduação e pós-graduação, seja como professor ou preceptor.” (E3)*

Fischer (2003) retrata o perfil diferenciado deste aluno. No geral são pessoas que buscam melhorar a qualificação profissional junto a um curso de excelência – em termos de conteúdo e forma – conciliando aulas e trabalho. Possuem experiências profissionais consideráveis, além de participarem de diversos outros cursos e eventos e lerem revistas e livros especializados.

Nota-se na pesquisa a transferência de conhecimento científico e sua aplicação prática para além dos muros da academia. Reafirma-se que os MPES são voltados para os profissionais que querem avançar em seus conhecimentos. Ou seja, é um mestrado para quem trabalha.

No entanto, esse perfil também é visto como um nó crítico pelos coordenadores dos programas, como se evidencia nestas falas:

*“... (É um nó crítico) ter que lidar com a falta de tempo dos estudantes para a dedicação necessária a um curso de pós-graduação, visto que o curso é realizado juntamente com as atividades empregatícias. “(E1)*

*“As dificuldades (dos mestrandos) estão relacionadas ao cumprimento dos requisitos para a formação em nível de mestrado (proficiência em segunda língua, dedicação aos estudos e pesquisa), tendo em vista que são profissionais dos serviços.” (E2)*

O desenvolvimento do programa tem como desafio garantir a qualidade da formação e obter a conclusão em prazos adequados, no máximo 36 meses, e sem dedicação integral. Diferentemente do que ocorre na PG acadêmica, os alunos geralmente não têm disponibilidade de tempo para participar de grupos de pesquisa ao qual estão associados, em razão de suas atividades profissionais. Porém, talvez o problema não esteja no mestrando, mas na própria dificuldade dos professores que atuam nessa modalidade de ensino para construir uma formação mais voltada para a intervenção no mundo do trabalho, na atuação profissional.

Segundo os coordenadores, existe ainda pouca clareza conceitual sobre os MPs de uma maneira geral, resultado da presença predominante e mais antiga dos cursos de mestrado acadêmico no cenário brasileiro. Neste sentido, enfatizam a necessidade de assumir este modelo provocativo do MPES, possibilitando a compreensão de arranjos curriculares mais inovadores e criativos na formação em saúde.

Desta forma, cabe trazer para a discussão a questão sobre qual é a identidade dos MPs, conforme regulamenta a política para a pós-graduação em vigor. No contexto da política, a questão da vinculação profissional deve ser percebida mais como um aspecto positivo do que negativo. A falta de compreensão dos profissionais envolvidos nos cursos sobre a identidade dessa modalidade de mestrado e sobre sua finalidade aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre essa questão.

O desenvolvimento de pesquisas com objetos que emergem da própria prática é também apontado pelos coordenadores.

*“(No) mestrado profissional o orientador atende a demanda do pós-graduando para a elaboração do projeto ao invés de o pós-graduando se adaptar aos projetos do orientador.”(E7)*

*“(O MP tem) produção de conhecimento relacionada à prática nos serviços” (E6)*

*“O mestrado profissional permite a qualificação de profissionais, trabalhando com projetos de pesquisa que gerem intervenção nos seus serviços.”(E3)*

Negret, Nunes e Bontempo (2012) realçam as características desta modalidade de PG, onde a informação científica produzida deve estar orientada para a aplicabilidade na realidade pesquisada. Para Ribeiro (2005), Scarano e Oliveira (2005), a principal diferença entre os mestrados acadêmicos e os profissionais está nos resultados finais almejados para eles. Enquanto no programa acadêmico o objetivo é a formação de pesquisadores, nos MPs é formar um profissional capacitado para localizar, reconhecer, identificar e usar a pesquisa nas suas atividades cotidianas. Isto implica, como sustenta Ribeiro (2006), desafios tão altos ou ainda maiores do que se postam nos programas acadêmicos. Visivelmente este é um aspecto de alta relevância na implantação de um modelo de formação de um MP. A consciência explícita de que a pesquisa no MP atende à demanda da prática do mestrando constitui a base de um processo de formação e fundamenta um grande acerto pedagógico.

A segunda categoria identificada na entrevista dos coordenadores dos MPES tem como foco as especificidades do Produto Final nesta modalidade de pós-graduação. Conforme a Portaria da Capes (Brasil, 2009b, p.21), o Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TACC) *podará ser apresentado em diferentes formatos.*

Para os coordenadores, apesar da Portaria da Capes prever que esta atividade obrigatória de defesa de um trabalho final tem seu escopo de possibilidades ampliado, ainda predomina o formato da dissertação do modelo acadêmico, acompanhado de artigo científico e/ou produto técnico. Este

aspecto merece destaque, na medida em que esta questão tem sido uma preocupação recorrente na discussão sobre a identidade do MP.

*“...Os produtos finais exigidos podem ser vários, mas, no nosso caso, além da dissertação, (no TACC) temos a obrigatoriedade de um artigo científico e de produtos técnicos.” (E1)*

*“...(O TACC) além da Dissertação... exige-se também a elaboração e apresentação de um Produto relacionado à pesquisa e que possa ter aplicabilidade nos serviços.” (E8)*

*“...( O TACC se constitui em) Dissertação e um artigo submetido a uma revista científica.” (E2)*

Sobre o assunto, Santos, Hortale e Arouca (2012, p.2152) comentam que “não se pode partir do princípio de que todas as demandas de pesquisa dos alunos de MP sejam passíveis de se acomodarem em uma dissertação (...)”, e, para esse resultado, formulam três hipóteses: 1) os docentes não dominariam outra forma de apresentação de trabalho final; 2) como o MA da instituição preconiza a elaboração de produtos dessa natureza, as propostas de MP somente repetiriam o que estava estabelecido; 3) e a ideia ainda largamente cristalizada de que o MP, para ter o mesmo valor que o MA, deve exigir o mesmo produto.

Na área da saúde, visando contribuir para a solução dos problemas do cotidiano, Paixão e Bruni (2013) salientam a importância dos produtos finais desenvolvidos pelos alunos dos MPs nesta área (na forma de tecnologias, manuais, instrumentos de triagem, diagnósticos de saúde e projetos de intervenção) e como estes colaboram para o aperfeiçoamento das práticas, ao mesmo tempo em que agregam conhecimento à área e auxiliam no desenvolvimento do SUS.

Entende-se, com os resultados desta pesquisa, que há necessidade de maior discussão e reflexão da área de Ensino na Saúde sobre os objetivos e os princípios do MPES, sobretudo na busca de aprimoramento do Produto Final do curso. Adicionalmente, recomenda-se que o produto ou trabalho acadêmico final contenha necessariamente uma produção técnica ou educacional, sendo esta indispensável para a conclusão do mestrado profissional na área de Ensino.

Outro aspecto relevante do cuidado com a produção deste trabalho final são as variadas possibilidades de crescimento da produção tecnológica e da inovação de processos institucionais de ensino. Portanto, é importante que a área defina claramente o que é essência da sua atividade criativa e inovadora. E são as manifestações dessa essência que deverão ser valorizadas nos mecanismos de avaliação dos MPES.

A terceira categoria emergente das falas dos entrevistados – o potencial transformador do mestrado sobre a prática – surgiu do entendimento de que o MP é uma experiência que possibilita inovação e transformação da prática profissional.

Na visão de Arendt (2014) não é a fabricação, a manipulação da natureza, mas a iniciativa, o fato de introduzir a novidade ali onde as coisas não estão inteiramente determinadas: o espaço investido pela formação para empreender modificações na realidade instituída. Isso significa novas práticas de trabalho.

As falas dos coordenadores ilustram essa intenção nos programas:

*“... O MP tem por característica oportunizar aos profissionais que atuam nos diferentes cenários de prática refletir sobre suas práticas e propor transformações na atenção à saúde, nos serviços em geral, na formação dos profissionais da equipe.” (E2)*

*“... (MP) agrega o conhecimento científico que permite aplicar no cotidiano (promovendo) transformação positiva no ambiente profissional.” (E5)*



*“... (O MP tem ênfase) no aprimoramento profissional do indivíduo e sua capacidade de gerar mudanças e inovações em seu local de atuação, trazendo transformações e melhorias (campo de prática)”.(E8)*

Os coordenadores enfatizam que os MPES podem fazer com que o egresso seja capaz de operar o desenvolvimento de novas técnicas de organização das atividades institucionais no seu local de trabalho e, com isso, realizar transformações nas suas instituições, de acordo com o previsto na Portaria 17/2009 (Brasil, 2009b) da Capes e relatado por Brandão *et al.* (2013).

No entanto, o processo de inovação e transformação da prática não é simples. Santos *et al.* (2012) sustentam que, para que o egresso do MP possa propor inovações, ele deve instigar saberes que vão além do domínio técnico da investigação. Isto envolve sua capacidade de iniciativa e de criação, de mobilização de pessoas para empreender a inovação, da gestão e realização de trabalhos coletivos e de gerenciamento de projetos. Para atender a tal perfil profissional, os cursos dessa modalidade devem criar situações de aprendizagem que potencializem o *saber-fazer* do mestrando.

O mestrando não conseguirá efetuar mudanças se não houver um coletivo favorável, com disposição para implementar novos processos de gestão. E, nesse ponto, Santos *et al.* (2012) citam Bourdieu (2004) quando comenta que “as oportunidades que um agente tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo [...]”.

Entende-se, portanto, que a possibilidade de inovação e transformação da prática profissional depende de situações de aprendizagens proporcionadas pelos MPs, mas também da presença de valores como iniciativa e responsabilidade, que se exprimem através no comprometimento do indivíduo com uma situação, tarefa ou grupo. Associada a esses fatores temos ainda a cultura organizacional, que precisa dar o mínimo espaço e valorização para a iniciativa dos sujeitos.

Registramos, por fim, a ausência nas narrativas dos coordenadores de um aspecto desafiador para o MPES: a dificuldade de avaliação do impacto desta pós-graduação na formação e nos serviços de saúde. Neste sentido, entendemos a importância de se pensar no desenvolvimento de instrumentos de avaliação que permitam o acompanhamento dos egressos, seguindo sua trajetória profissional, bem como o desenrolar do Produto Final (publicação de artigo e inserção do produto educacional ou técnico).

#### 4 Considerações finais

O MP é uma modalidade de formação que se caracteriza por uma rede viva, composta por atores e instituições e inteiramente comprometida com a experiência proveniente do mundo do trabalho. Portanto, tem as práticas como cenário de reflexão para a construção de novos conhecimentos, equacionando e propondo intervenções em um problema emergido dessa prática e, assim, buscando a melhoria das condições de trabalho e de vida das organizações produtivas, neste caso o fortalecimento do SUS.

O presente estudo teve como foco investigar as concepções dos coordenadores dos cursos de MP de ensino em ciências da Saúde sobre esta modalidade de pós-graduação. Cabe aqui ressaltar a disponibilidade destes para a pesquisa: poder estar em muitos lugares diferentes – com falas e realidades distintas – constituiu-se em um ponto forte deste estudo.

Os resultados mostraram que estes coordenadores enfatizam três categorias nesse modelo de PG: a prática como princípio educativo; as especificidades do produto final e o potencial transformador do mestrado sobre a prática.

A prática como princípio educativo é realçada como o compromisso com a experiência proveniente do mundo do trabalho, possibilitando que profissionais experientes – já inseridos na prática – voltem

à academia para qualificá-la com teorias e pesquisas apropriadas. No entanto, em vários momentos, os coordenadores assinalam a forte influência dos programas acadêmicos sobre este modelo, associada à pouca clareza sobre os princípios dos MPs. O que, muitas vezes, se traduz em resistência ao perfil discente.

Sobre as especificidades do Produto Final, os coordenadores enfatizam uma tendência ainda predominante para a dissertação e artigo científico como ocorre com o mestrado acadêmico, denotando uma dificuldade de ruptura com este modelo.

Por outro lado, ressaltam a transformação da prática como uma grande potencialidade do MP. Observa-se que os coordenadores concordam e reafirmam os principais objetivos do MP inseridos na Portaria 17/2009 da Capes, ou seja, o entendimento dessa pós-graduação *stricto sensu* como uma oportunidade para a capacitação voltada para a prática profissional, por meio da produção e aplicação do conhecimento, construídos com rigor metodológico e fundamentação científica, com potencialidade de transformação de procedimentos.

Destaca-se dentro dessa problemática da identidade do MP a diferenciação entre formação acadêmica e formação profissional. Os MPES analisados são compostos, em sua maioria esmagadora, por profissionais oriundos do meio acadêmico, e os entrevistados relataram dificuldades importantes quanto à adequação do regime de trabalho e estudo quanto ao produto final, bem como quanto ao perfil do aluno, que parece também tratar-se de uma identidade em construção.

É preciso considerar ainda que a forma como os campos de conhecimento constroem seus paradigmas e afirmam suas tradições constitui-se em um processo histórico marcado por mudanças nem sempre aceitas de imediato, pois emergem sempre em meio aos conflitos sociais por posições de prestígio. Esse é o caso do surgimento dos MPES, que, aos poucos, vêm sendo percebidos pelos profissionais que atuam nesse campo de uma forma mais aberta às suas possibilidades, mesmo que marcados por conflitos.

Assim, percebe-se que a concepção sobre essa modalidade de pós-graduação, na área de ensino em ciências da saúde no Brasil, para os sujeitos que atuam no processo de implementação dos cursos – os coordenadores –, representa questão fundamental com vistas ao aperfeiçoamento das singularidades e características do MPES. Dentre elas, o acompanhamento dos egressos é um instigante caminho a ser trilhado, buscando subsídios para a correção de desvios e incorporação de metas com vistas ao aprimoramento do ensino na área da saúde.

## Referências

- Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandszajder, F. (2002). *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa* (2ª ed). São Paulo: Thomson Learning.
- Arendt, H. (2014). *A condição humana* (12ª Ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Batista, N., Batista, S., Goldenberg, P., Seiffert, O., & Sonzogni, M. C. (2005). O enfoque problematizador na formação de profissionais da saúde. *Rev. Saúde Pública*, 39 (2): 231-237.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp.
- Brandão, M. A., Deccahe-Maia, E., & Bomfim A. M. (2013). Os desafios da construção de um mestrado profissional: um panorama dos sete anos do Propec. *Polyphonia*, 24 (2): 329-337.



- Brasil. (1965). Ministério da Educação e Cultura. Parecer nº 977/65. Definição dos Cursos de Pós-Graduação. *Documenta*, nº 44; Brasília, DF.
- Brasil. (1990). Lei nº 8080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 20 set. 1990; Seção 1.
- Brasil. (1995). Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 47*, de 17 de outubro de 1995. Dispõe sobre o documento “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Senso Lato em Nível de Mestrado” no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasília, DF. Recuperado de : < <http://www.foprof.org.br/documentos/portaria-no-47-17-outubro-1995.pdf>>.
- Brasil. (1998). Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 80*, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Recuperado de: < <http://www.foprof.org.br/documentos/portaria-no-80-16-dezembro-1998.pdf>>.
- Brasil. (2009a) Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 7*, de 22 de junho de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES. Recuperado de : <<http://www.foprof.org.br/documentos/portaria-normativa-mec-n07-22-06-2009.pdf>>.
- Brasil. (2009b) Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 17*, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES. Recuperado de : <<http://www.foprof.org.br/documentos/portaria-normativa-mec-n17-28-12-2009.pdf>>.
- Brasil. (2010). Ministério da Educação. CAPES. *Edital Pró-Ensino na Saúde*. 10 de Maio de 2010. Recuperado de : <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-ensino-na-saude>.
- Feuerwerker, L. C. M. (2002). *Além do discurso de mudança na educação médica: processos e resultados*. São Paulo: Hucitec.
- Fischer, T. (2003). Seduções e riscos: a experiência do Mestrado Profissional. *ERA*, 43 (2), 119-123.
- Fischer, T. (2005). Mestrado profissional como prática acadêmica. *RBPG*, 2 (4), 24-29.
- Fischer, T., & Waiandt, C. (2012). A educação profissional e os desafios do desenvolvimento brasileiro: uma proposta integradora entre a pós-graduação, a educação básica e os mundos do trabalho. *RBPG*, 9 (16), 87 - 110.
- Maciel, R. G., & Nogueira, H. G. P. (2012). Mestrado profissional: desenvolvimento pessoal e profissional. *RBPG*, 9 (17), 461 – 487.
- Melo, K. V. A., & Oliveira, R. R. (2005). Origens e desenvolvimento institucional de um mestrado profissional. *RBPG*, 2 (4), 105-123.

- Minayo, M. C. S. (2006). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (9ª ed). São Paulo: Hucitec, Abrasco.
- Minayo, M. C. S. (2010). O desafio da pesquisa social. In: Minayo M.C.S. (Org.), Deslandes S.F & Gomes R. *Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade* (29ª ed). Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 9-29.
- Negret, F., Nunes, H. P., & Bontempo P. C. (2012). O Compromisso e Desafio da Inserção Social e da Aplicabilidade da Produção Intelectual dos Mestrados Profissionais. *RBPD*, 1 (1), 13-22.
- Paixão, R. B., & Bruni, A. L. (2013). Mestrados profissionais: características, especificidades, diferenças e relatos de sucesso. *RAEP*, 14 ( 2), 279–309.
- Quelhas, O. L. G., Faria Filho, J. R., & França, S. L. B. (2005). O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. *RBPG*, 2 (4), 97-104.
- Ribeiro, R. J. (2005). O mestrado profissional na política atual da Capes. *RBPG*, 2 (4), 8-15.
- Ribeiro, R. J. (2006). Ainda sobre o Mestrado Profissional. *RBPG*, 3 (6), 313-315.
- Santos, G. B, Hortale, V. A., & Arouca, R. (2005). *Mestrado Profissional em Saúde Pública: caminhos e identidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2012.
- Scarano, F. R., & Oliveira, P. E. A. M. (2005). Sobre a importância da criação de mestrados profissionais na área de ecologia e meio ambiente. *RBPG*, 2 (4), 90-96.
- Vilela, R. B., & Batista, N. A. (2015). Mestrado Profissional em Ensino na Saúde no Brasil: avanços e desafios a partir de políticas indutoras. *RBPG*, 12 (28), 307-331.
- Vilela, R. B. (2015). *Mestrado profissional em ensino na saúde: subsídios para o aprimoramento dos programas*. Relatório científico de pós-doutorado não publicado, CEDESS - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.